
Licoes De Direito Economico

Leonardo Vizeu Figueiredo

As recognized, adventure as with ease as experience very nearly lesson, amusement, as well as settlement can be gotten by just checking out a ebook **Licoes De Direito Economico Leonardo Vizeu Figueiredo** in addition to it is not directly done, you could give a positive response even more in the region of this life, on the world.

We meet the expense of you this proper as capably as simple quirk to acquire those all. We manage to pay for Licoes De Direito Economico Leonardo Vizeu Figueiredo and numerous books collections from fictions to scientific research in any way. accompanied by them is this Licoes De Direito Economico Leonardo Vizeu Figueiredo that can be your partner.

*Licoes De
Direito
Economico
Leonardo
Vizeu
Figueiredo*

2023-04-02

SANTOS THORNTON

*A DINÂMICA DA
ECONOMIA NA
VALORIZAÇÃO DO
TRABALHO HUMANO E NO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO EM TEMPOS
DE CRISE* Editora Thoth
Nesta obra - Origens e
Evolução do Direito
Econômico; Do Direito e
da Ordem Econômica no
Sistema Jurídico Pátrio;
Agências Estatais; Defesa
da Concorrência; Sistema
Financeiro Nacional; Da
Ordem Econômica
Internacional; Sistema
Brasileiro de Comércio
Exterior e Defesa
Comercial; Direito
Econômico e o
Desenvolvimento

Científico e Tecnológico;
Direito Penal Econômico;
Justiça Econômica.
*Direito econômico
regulatório - 1a edição de
2012* BOD GmbH DE
Leonardo Vizeu Figueiredo
não é jurista que se
esconda atrás do texto
frio da Constituição, das
leis, de teorias, nem
espera que elas
justifiquem a realidade
quase sempre cruel. Muito
ao contrário, é a realidade
que justifica a
Constituição e as leis, que
as legitimam pela
capacidade de
transformação. Esta obra
certamente merecerá o
mesmo caloroso
acolhimento de tantas
outras de sua lavra, em
que busca a cada
momento fundamentar as
lições e explicações nos
fatos econômicos, sociais

e tudo o que faz o homem
se movimentar na busca
da satisfação de suas
necessidades, na busca
da própria felicidade. Para
ele, o Direito está muito
além do artigo de lei, dos
símbolos gráficos ainda
que colocados em
diplomas que se
pretendem imutáveis,
como as Constituições e
as Declarações de
Direitos. (...) Nesta obra, o
tema é a Constituição
aplicada à vida, com seus
fundamentos éticos,
sociais, econômicos, e
não somente um catálogo
de direitos individuais e
deveres da sociedade, do
Estado, da família e de
outros entes sociais. O
que importa é como
funcionam as instituições,
como são garantidos os
direitos, como é
assegurada aos

necessitados a assistência que lhes permita ao menos diminuir a distância de outros mais afortunados.

Cumprimento, mais uma vez, o autor pela humanidade intrínseca de sua obra. Nagib Slaibi Filho *Temas de Direito da Economia - 2.a Edição* Editora Dialética

A obra tem por objetivo fazer uma análise do conteúdo econômico, jurídico e contábil que permeia a crise na atividade empresarial, sob o enfoque da análise econômica do direito (AED) e da Lei de Recuperação de Empresas e Falência (LFRE), Lei nº 11.101/05. O foco dessa análise está concentrado nas falhas de mercado que agem no plano de recuperação judicial, especialmente no que diz respeito ao nível de assimetria informacional e disclosure proposto pela LFRE. Por essa razão, o approach da AED que deve ser adotado pela LFRE no processo de recuperação judicial é aquela proposta pela Nova Economia Institucional-NEI, que reconhece e identifica a existência de falhas no mercado, especialmente os altos custos de transação, e demanda novos arranjos

institucionais para saneá-las. Nesse contexto do novo institucionalismo, a LFRE é assumida como integrante do ambiente institucional do ordenamento jurídico que provê os incentivos aos agentes econômicos para superar o estado de crise. E, como consequência, conclui-se que a eficiência econômica própria de um processo de recuperação judicial se estabelece a partir do modelo Kaldor-Hicks. Isso ocorre porque na recuperação judicial estabelece-se um jogo de barganhas que se desenvolve em rodadas sequenciais, inicialmente num ambiente competitivo pelos ativos da empresa em crise (asset grabbing), resultando comportamentos pouco cooperativos dos credores, com informações assimétricas, onde o surplus (resultante da recuperação) nem sempre é claramente visualizado pelos participantes. Mas será nesse ambiente, em meio ao caos, que o instituto da recuperação judicial impõe sua "ordem", adotando como modelo de eficiência aquele eminentemente compensatório e distributivo de valores, modelo Kaldor-Hicks,

criando mecanismos para fomentar um comportamento cooperativo, reduzir a assimetria informacional e estabelecer um foro único de deliberações. Nesse arcabouço teórico e normativo, descortina-se a compreensão do conceito de "demonstração da viabilidade econômica" exigido pela LFRE, afastando-o do costumeiro "fluxo de caixa projetado" que frequentemente integram os planos de recuperação. Essa demonstração contábil, se isoladamente considerada, é insuficiente para demonstrar a viabilidade econômica da empresa devedora. Por isso, identificamos na ciência contábil, notadamente na contabilidade gerencial, os meios adequados para identificar, mensurar e evidenciar a estratégia planejada pelo devedor, sendo essa a contabilidade que verdadeiramente deve ser adotada para demonstrar a consistência do plano de recuperação judicial e sua viabilidade. Diante disso, a partir da orientação jurisprudencial norte-americana que interpretou o conteúdo informacional mínimo e adequado a ser

apresentado pelo devedor, bem como pela noção do best interest test of creditors presente no direito concursal estrangeiro, acreditamos que a contabilidade gerencial deve ser aplicada tanto durante o processo de recuperação quanto na fase de cumprimento do plano de recuperação. E, a partir dessas constatações, sugerimos a elaboração do planejamento estratégico na forma de orçamento empresarial completo e a elaboração do teste de impairment recuperacional que deverá ser disponibilizado pelo devedor até a realização da Assembleia Geral de Credores, sendo um elemento essencial para a tomada de decisão informada pelos credores. Nada obstante, sendo aprovado o plano, a sugestão é que sejam estabelecidos no próprio plano covenants falimentares e, como forma de acompanhar seu cumprimento, recomendamos a elaboração da Demonstração de Valor Adicionado – DVA, um importante componente do balanço social das empresas.

Temas de Direito da Economia - 4a Edição
Editora Dialética

A quarta edição da presente obra sobre Temas de Direito da Economia é justificada pelo generalizado e crescente interesse que este domínio do Direito tem vindo a suscitar nomeadamente junto da comunidade académica, dos operadores económicos e dos vários intervenientes na formulação de políticas. A obra representa uma análise sistemática de temas nucleares do Direito da Economia, cobrindo a problemática da essência do Direito da Economia na consagração dos paradigmas político-económicos e a matéria da Constituição Económica, pelo lugar charneira na estruturação do modelo económico prevalecente no quadro da União Europeia. Esta edição aborda a recente revisão do regime jurídico das Parcerias Público-Privadas e acompanha a evolução do elenco das áreas tratadas, sobretudo no que tange ao SEE, às Privatizações, à Regulação Económica, domínios que continuam a suscitar um intenso debate e escrutínio públicos e motivar um renovado labor legislativo.

Lições de direito económico (8a. ed.).
Fabiano Mendonça

A segunda edição da presente obra sobre Temas de Direito da Economia é justificada pelo crescente interesse que este domínio do Direito tem vindo a suscitar junto da comunidade académica e, bem assim, ao nível da formulação de políticas. A obra representa uma análise sistemática de alguns dos temas nucleares do Direito da Economia, cobrindo a problemática da essência do Direito da Economia na consagração dos paradigmas político-económicos e as matérias da Constituição Económica, pelo lugar charneira na estruturação do modelo económico prevalecente. Esta edição acompanha particularmente a evolução do elenco das matérias abordadas, mormente no que tange ao SEE, às Privatizações, à Regulação Económica e às Parcerias Público-Privadas, domínios que têm estado sob um intenso debate público e motivado grande labor legislativo.

Aspectos económicos, federativos e regulatórios do saneamento básico no Brasil Simplíssimo
Um dos grandes desafios da contemporaneidade é

a transnacionalização, pois dela decorre não somente a atuação transfronteiriça de atores, o fluxo de investimentos, a desterritorialização de produção ou a crescente busca por lucros, mas também a necessidade de compatibilizar a expansão capitalista com a dignidade humana. Certo enfraquecimento da soberania estatal tem feito surgir encaloradas discussões sobre o papel do Estado, mas que deixa à margem debates ainda mais importantes sobre o outro 'sujeito' no palco externo, a pessoa humana. A dignidade é estudo multifacetado e comporta diversas digressões, sendo uma das mais complexas a relação entre o universo do direito do trabalho perante o avassalador fechamento de negócios, a consagração de tratados comerciais mundiais e os estudos regionais de integração. Não deveria ter sido a pessoa humana o sujeito central de todas essas discussões no seio da globalização, quando a temática fosse 'liberdade comercial'?

Lições de Direito

Constitucional Editora Dialética

A 8a edição destas lições de Direito Económico, publicada 30 anos após a

1a edição, continua, como as anteriores, a procurar corresponder às exigências da disciplina, quer quanto ao seu conteúdo, quer quanto às suas linhas orientadoras. Daí o relevo concedido à ordem jurídica da economia da União Europeia, bem como a domínios que assumem um papel decisivo neste quadro, como a regulação da concorrência e da cooperação entre empresas, do sistema monetário e financeiro, da qualidade, do ambiente e da informação e comunicação na economia digital. Na estruturação e no discurso adotados, refletem-se os propósitos antes de mais académicos e pedagógicos destas lições, buscando um equilíbrio entre densidade teórica, rigor informativo e capacidade de síntese. No entanto, houve também o intuito de construir um instrumento útil a todos quantos, nos meios jurídico, político, económico, empresarial e da comunicação social, sintam a necessidade de uma abordagem simultaneamente teórica e prática destas matérias. [A análise econômica do direito no processo de recuperação judicial](#) Luiz Augusto de Oliveira Júnior

Esta obra tem por objetivo o estudo da aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos celebrados entre os empresários, a partir do ferramental teórico da Análise Económica do Direito. Para tanto, são abordados alguns reflexos da intervenção estatal na esfera privada, como a análise económica dos elementos legitimadores do dirigismo contratual, bem como o estudo do papel económico-institucional do Poder Judiciário na formação de precedentes e na manutenção da estabilidade das relações de mercado. A pesquisa parte da identificação das características intrínsecas dos contratos empresariais e dos contratos de consumo, demonstrando seus pontos de intersecção de maneira dedutiva, tendo em vista o grau de risco envolvido em cada relação contratual e a dicotomia existente entre a norma civil e a consumerista. Além da abordagem da dogmática contratual tradicional, a obra apresenta conceitos introdutórios de microeconomia, bem como analisa os contratos a partir de critérios desenvolvidos pela análise económica. Por

meio dos conceitos apresentados, que abrangem a teoria contratual clássica e a teoria econômica, são examinados, pelo viés indutivo, os reflexos da aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos empresariais sob a ótica da Análise Econômica do Direito; assim, é avaliada a atuação do Poder Judiciário a partir desse mesmo ferramental teórico.

Fundamentalmente, buscou-se apontar fragilidades e inconsistências, dentro dos critérios legitimadores da aplicação da norma consumerista aos contratos empresariais, que contribuem para a relativização das avenças comerciais. Com vistas à formação de uma abordagem propositiva, ao final, são elencadas alternativas para a preservação dos contratos empresariais diante da possibilidade de aplicação da lei de consumo.

Revista Internacional Consinter de Direito - Ano V - Número IX Leya
O ensino moderno exige a busca incessante pelo desenvolvimento das habilidades do aluno. O futuro do mercado de trabalho exigirá criatividade e resiliência.

Sorte dos egressos do curso de Direito da Faculdade Alis de Itabirito que pertence ao Grupo Trivento de Educação.

Este livro é fruto de um semestre da disciplina de Experiência Aplicada em Direito Econômico. Foram várias aulas e reuniões com debates e exposições para se chegar a este trabalho. Muitos foram os obstáculos, mas, ao final, graças ao empenho da turma, do auxílio dos amigos Carlos Ramalho e Bruno Vicentin e da Direção do Grupo Trivento Educação, foi possível entregar para a comunidade acadêmica uma obra de primeiras linhas. Trata-se de textos didáticos dirigidos para aqueles que buscam o primeiro contato ou conhecimentos básicos de Direitos Econômicos. Que seja o primeiro de muitos livros elaborados por nossos alunos. Leia e prestigie. Você vai adorar! Gustavo Lopes Pires de Souza Professor do Trivento Educação
“Façamos da interrupção um caminho novo. Da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro!” Fernando Sabino
Direito Econômico Editora Thoth

Este livro foi concebido com o intuito de ser, essencialmente, didático, com recursos gráficos que auxiliam o estudo e com a metodologia da conhecida Coleção Esquemático®, coordenada pelo professor Pedro Lenza. Cabe, portanto, a advertência prévia de que ele foi elaborado com o propósito de servir como roteiro de estudo aos alunos dos cursos de bacharelado em Direito e aos que desejam submeter-se a concursos públicos que exijam conhecimentos gerais do Direito Financeiro e do Direito Econômico. Embora voltada primordialmente ao público referido, acreditamos que, tendo em vista o seu conteúdo técnico e o rigor científico com o qual procuramos conduzir a exposição dos assuntos tratados nesta obra, nela também encontrarão utilidade os profissionais das diversas carreiras jurídicas que fazem do Direito Financeiro e do Direito Econômico as matérias de sua preferência. Todos os temas analisados neste livro foram examinados à luz da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional que disciplina a matéria, referências à

jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca de cada um dos temas estudados.

Esperamos que esta nova edição possa continuar contribuindo para os estudos daqueles que debruçam suas atenções sobre os relevantes temas da regulação jurídica das finanças públicas e da intervenção do Estado no domínio econômico. Esta edição está de acordo com as Emendas Constitucionais do novo regime dos Precatórios.

Ordem econômica constitucional e desenvolvimento

Leya O pensamento do Professor Arthur é substancial para entender-se que “o mal e o ódio estão banalizados. E também, o indivíduo, ante a radicalização da sociedade, passa a receber a informação conforme lhe convém. Nesse processo, o discurso do ódio é facilmente ressignificado, passando uma ideia de liberdade de expressão.” Tem-se, nas páginas que seguem, muito mais do que um livro de Direito. A atemporalidade das «reflexões» não conspurca a contemporaneidade científica de cada palavra

escrita por Arthur, que legitima uma viagem pelas turbulências de um mundo pandêmico, transpirando a esperança e a sensibilidade imperiosas à compreensão de que “não existe vida digna sem que o sujeito possa expressar seus desejos e convicções”, pois a dignidade “é preceito essencial para a formação da personalidade humana, bem como a concretização de um ambiente democrático.”

Concentração econômica da Televisão: a ressignificação do discurso do ódio no Brasil

Clube de Autores O alcance e a qualidade do serviço de saneamento básico são de grande importância para todas as pessoas, influenciando diretamente na qualidade de vida, na saúde e na dignidade da população. A universalização desse serviço é condição indispensável para qualquer nação que pretende alcançar o pleno desenvolvimento. Historicamente, o Brasil possui um déficit na prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, bem como um modelo ineficiente de prestação do serviço. Nas

últimas décadas, o serviço vem sendo prestado majoritariamente por intermédio de empresas públicas estaduais concessionárias de serviço público ou por autarquias municipais. Ocorre que, diante da iminente necessidade de expansão do serviço público na direção da universalização, a falta da capacidade de investimento por parte do Poder Público vem limitando o alcance do serviço. Nesse contexto, foi publicada a Lei no 14.026/2020, que atualiza o marco regulatório do setor e incentiva a realização de investimentos privados, o que deve alterar a matriz preponderante de investimentos do setor, de pública para o capital privado. O presente ensaio tem como objetivo apresentar alguns dos desafios do setor do saneamento básico, especialmente no tocante aos aspectos econômicos, federativos e regulatórios do setor.

Direito Econômico - Primeiras Linhas Editora Thoth

O orçamento público tem sido, até agora, objeto de análise estritamente formal. Limitam-se os autores a cuidar da iniciativa das leis, da

Comissão Mista do Congresso Nacional, das emendas, sanção, aprovação e veto. Cuidam, portanto, apenas de aspectos procedimentais e deixam de lado o que mais importa, isto é, o orçamento como instrumento de progresso, de disputas, de divisões políticas, de acertos partidários etc. O orçamento é um instrumento formal, mas é também muito mais que isso. Eis a importância da obra de Denis: fugir da mesmice. Desbravar nossos territórios de conhecimento. Imiscuir-se no desconhecido e dar ao orçamento uma nova função: a função de planejar, de intervir, de compelir o Estado a disciplinar a vida social. De incentivar políticas públicas. Daí o recomendar a leitura de seu texto. Vale a pena. Denis consegue traduzir o "juridiquês" em linguagem fácil. Pega pela mão o leitor e lhe mostra o deslumbramento da atuação do Estado. O orçamento se mostra, a partir de então, um instrumento de intervenção para circunscrever e delimitar a atividade econômica. Para quê? Para melhorar a atuação estatal em

benefício da sociedade, por meio de políticas públicas. É o conteúdo do livro. De fácil leitura e importante em seus ensinamentos. *CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E COMMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO* Paco Editorial Trata-se de obra contemplando artigos apresentados no Congresso de Direito Constitucional comemorativo aos 25 anos da Constituição Federal brasileira de 1988, realizado no mês de setembro de 2013, na Universidade Católica de Pernambuco. O livro é multitemático, abordando o que há de novo na produção científica sobre temas como controle de constitucionalidade, organização dos poderes, democracia, além de focar também aspectos de outros ramos do direito como o direito civil constitucional ou mesmo questões processuais e penais, sempre sob o prisma constitucional. Lições de Direito Econômico (7a. Ed.). Editora Thoth A série GVLAW se insere no projeto de produção de pesquisa adotado pelo programa de especialização e educação continuada da Direito GV. A partir do

conteúdo das aulas dos cursos, busca-se a construção de conhecimento que seja adequado a estudantes, advogados e demais profissionais interessados, os quais têm sua atuação pautada pelas novas demandas do mercado de trabalho globalizado. O presente título trata do direito econômico regulatório, e é coordenado por Mario Gomes Schapiro. **Sociedade, Direito e Justiça** Inicia Via Editora Elaborados por especialistas, os volumes da Coleção Carreiras Específicas apresentam as matérias divididas em temas e subtemas, com gabaritos e comentários em todos os capítulos. Para cada questão há ainda uma informação extra, chamando a atenção do candidato para aspectos relevantes sobre o tema. Ao final dos capítulos, tópicos que farão a diferença na sua preparação: Raio X, Importante saber, Súmulas e legislação pertinentes, Jurisprudência selecionada e Bibliografia recomendada. *Esquematizado - Direito Financeiro e Econômico - 4ª edição 2022* Editora Dialética A partir das

transformações no mundo do trabalho e a influência do capitalismo no desenvolvimento econômico e social das nações, as relações entre indivíduos, capital e Estado transformaram-se de forma significativa. A partir de uma concepção filosófica, econômica e jurídica que envolve o direito do trabalho e seu caráter emancipatório sobre os indivíduos, esta obra discorre a influência do capitalismo e dos modelos de Estado na evolução e transformação dos direitos sociais trabalhistas, valeu-se, para tanto, de ampla pesquisa bibliográfica e de análise do aparato jurídico (legislação, decretos, medidas provisórias nacionais e tratados internacionais). O livro é fruto da dissertação de Mestrado do autor e aponta a influência da globalização nas relações de trabalho, no poder decisório dos Estados e nos discursos econômicos por trás das recentes reformas legislativas nacionais que alteraram o Direito do Trabalho. Discute, a partir de teorias econômicas e referências jurídicas, como as medidas que flexibilizaram as normas trabalhistas brasileiras na tentativa de buscar o

desenvolvimento empresarial e a redução do desemprego são consideradas como custo. Por meio da consulta de dados da PNAD Contínua, IBGE, pareceres do IPEA, destaca se houve redução nos índices de desemprego e informalidade prometidos pelas alterações legislativas trabalhistas, não atingindo de forma significativa as promessas que embasaram as novas regulamentações. Aborda a recente pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e sua influência nas relações entre capital e trabalho, ao demonstrar a crescente onda de desemprego e fragilidade das políticas econômicas utilizadas pelos Estados Nacionais. No que se refere ao Brasil, aponta o direito emergencial adotado para controlar a crise econômica e sanitária. O livro tem como problema-chave a discussão econômica e jurídica por trás dos discursos que defendem a desregulamentação das normas do trabalho sob a necessidade de aumentar o desenvolvimento e competitividade das empresas nacionais. Destaca que o crescimento econômico e social não está

necessariamente ligado às medidas legislativas sociais de cunho trabalhista, mas a fatores macroeconômicos que influenciam o crescimento econômico de um Estado. Como resultado, traz a necessidade de proteção aos valores constitucionais que englobam o trabalho, as perspectivas econômicas e sociais utilizadas pelo modelo de Estado Social e de Bem-Estar Social das últimas décadas e a importância que o valor social e econômico que os direitos trabalhistas exercem nos negócios jurídicos públicos e privados.

Lições de direito

econômico (9a. ed.).

Saraiva Educação S.A. Desenvolvimento e justiça social são conceitos que contemporaneamente encontram-se estreitamente interligados. As teorias mais recentes do desenvolvimento apresentam esse conceito de modo a abarcar aspectos econômicos, sociais e ambientais. Para a configuração ou ascensão em uma escala de avaliação do desenvolvimento, exige-se das sociedades hodiernas a adoção de medidas públicas e privadas que incentivem a

redução do desemprego e o crescimento da economia, o respeito aos direitos humanos, o bom funcionamento das instituições públicas, a participação democrática dos cidadãos nos processos de decisão política, a redução da pobreza, o respeito à diversidade étnica e cultural e também o cuidado com o meio ambiente. Por essa razão, desenvolvimento e justiça social possuem uma mútua dependência: as sociedades não serão consideradas desenvolvidas se não promoverem justiça social. Inserindo-se nesse debate, esta coletânea reúne artigos de Professores e Pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e aborda a temática específica Direito, Desenvolvimento e Justiça Social. Este livro é resultado de um Seminário no qual os capítulos ora publicados foram apresentados e debatidos pelos participantes. A obra é composta de textos que apresentam discussões acerca da estreita relação entre desenvolvimento e justiça social, trazendo à

tona aspectos juridicamente relevantes. *Direito, Desenvolvimento E Justiça Social* Saraiva Educação S.A. O livro apresenta um vasto estudo sobre a Ordem Econômica Constitucional. São debatidos os princípios e fundamentos da ordem econômica, integrando-os ao modelo de desenvolvimento traçado pela Constituição. Apresenta também uma contextualização acerca dos direitos sociais e da necessidade de sua efetiva implementação como fator inerente ao desenvolvimento. Aborda ainda a intervenção estatal como mecanismo apto a ser utilizado na busca por desenvolvimento, elenca e elucida as diversas modalidades de intervenção do Estado no domínio econômico, bem como analisa os critérios de validade dos atos do Poder Público que guardem relação com a intervenção na economia. Após, procede-se uma análise prática acerca do tema, especificamente sobre as políticas desenvolvidas pelo Estado do Acre que impliquem em intervenção na economia, analisando sua compatibilidade com os preceitos constitucionais

estudados. *Direito Económico - 8ª Edição* Expert Editora As obras da Coleção Esquematizado® são indicadas para alunos de graduação e candidatos a concursos públicos. Com projeto gráfico especialmente pensado para otimizar a preparação dos alunos, a metodologia aplicada na obra proporciona ao leitor uma leitura mais dinâmica e estimulante, favorecendo a assimilação do conteúdo. Esta obra mesmo elaborada com o propósito de servir como roteiro de estudo aos alunos dos cursos de bacharelado em Direito e aos que desejam submeter-se a concursos públicos que exijam conhecimentos gerais do Direito Financeiro e do Direito Econômico, tendo em vista o seu conteúdo técnico e o rigor científico com o qual foram conduzidos a exposição dos assuntos tratados nesta obra, nela também encontrarão utilidade os profissionais das diversas carreiras jurídicas. Todos os temas analisados neste livro foram examinados à luz da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional que disciplina a matéria, com referências à jurisprudência do

Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca dos temas estudados. Esperamos que esta nova edição

possa continuar contribuindo para os estudos daqueles que debruçam suas atenções sobre os relevantes temas da

regulação jurídica das finanças públicas e da intervenção do Estado no domínio econômico. Data de fechamento da edição: 03/02/2023